



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE  
Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN

**1. RESUMO EXECUTIVO DA ATA**

**2. 10ª. Reunião Plenária Ordinária**

**3. Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN**

4. **Data:** 19 de Julho de 2022.

5. **Modalidade:** Videoconferência

**6. ABERTURA**

7. Constatado, pela Secretaria Executiva do CONESAN, o quórum de 18 membros presentes, o Coordenador de Saneamento, Evaldo Azevedo, realizou os cumprimentos iniciais, e instalou a plenária. Em breve exposição, foi apresentada a pauta da reunião, dando-se início aos trabalhos.

**8. APROVAÇÃO DA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONESAN**

9. A Ata fora aprovada por unanimidade.

**10. POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS GESTÃO DO BIÊNIO 2021 A 2022**

11. O novo secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente e novo presidente do CONESAN, Senhor Fernando Chucre, não pôde estar presente à 10ª Reunião Ordinária e foi representado pelo Subsecretário de Infraestrutura, Senhor Cassiano Ávila, que informou a manifestação do Senhor Secretário sobre o prosseguimento da reunião com aquela configuração.

12. Ao dar início a reunião, o Secretário Executivo do Conesam, o Senhor Evaldo, doravante Secretário Executivo, falou sobre as indicações para as participações nas Câmaras Técnicas, informando que na 8ª reunião foi criada a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, e na 9ª Reunião a Câmara Técnica de Planejamento e Controle Social e, que também, devido a pequena adesão até a presente data, foi reforçado o pedido aos municípios para que participem da nova composição das Câmaras Técnicas, sublinhando a importância da adesão para que o Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN, possa assim atender as demandas dos municípios e discuti-las em plenário.

13. O Secretário Executivo anunciou o início das apresentações agendadas e que foram solicitadas na 9ª reunião. A primeira apresentação, pelo SINTAEMA, tendo a SABESP

como tema, a segunda sobre o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CERISO, plano financiado pelo FECOP e, por fim, a intersecção dos Planos Municipais de Saneamento com o Plano Estadual pelo senhor Diogo, da Coordenadoria de Saneamento. O senhor Mairton, representante da Entidade, saudou a todos e iniciou a apresentação sobre a SABESP.

14. Ao dar início a apresentação, o Senhor Mairton relata que o objetivo da apresentação é gerar um debate sobre o futuro do Saneamento em São Paulo e no Brasil, visando debater junto ao CONESAN a nova lei que alterou o marco regulatório, Lei nº 14.026/2020 e que alterou a Lei nº 11.445/2007. Ao dar início a apresentação citou que a SABESP é uma empresa que foi criada em 1973, com o objetivo de ser um serviço social, atendendo naquele momento o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). A SABESP nasceu da fusão de seis empresas e autarquias e, com a extinção da PLANASA na década de 80, houve um vácuo na política pública de Saneamento. O valor de mercado da SABESP hoje é superior a R\$ 30 bilhões e o patrimônio líquido é de R\$ 23 bilhões, segundo informações financeiras de 2020, transferindo ao tesouro do Estado quase R\$ 2 bilhões para outros fins. Para o período de 2021 a 2025 a SABESP pretende investir cerca de R\$ 21 bilhões, sendo R\$ 8,2 bilhões em água e R\$ 12,8 bilhões em coleta e tratamento de esgoto. De 2016 a 2020 investiu R\$ 20,8 bilhões ou seja, 1/3 dos investimentos em Saneamento do Brasil. Conforme o decreto nº 10.710/2021, que regulamentou o Art. 10B da lei Federal nº 14.026/2020, a empresa passou a atender integralmente os critérios de avaliação econômico financeira e de capacidade para executar investimentos.
15. A SABESP atende hoje 31 milhões de pessoas (70% do estado) em 375 dos 645 Municípios paulistas, dos quais 242 contam com até 20 mil habitantes e 54 informam de 20 a 50 mil habitantes. Na sua área de atuação mais de 20% da população está em situação de alta vulnerabilidade.
16. Abordou também o Programa Água Legal de 2017 a 2020 que atendeu 145 mil famílias de 476 núcleos habitacionais. O programa foi reconhecido como "case" de sucesso em água e saneamento em 2019 pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU.
17. Os índices de atendimento da SABESP nas áreas urbanas são: - de abastecimento de água 98%; coleta de esgotos 90,7% e 85% de tratamento dos esgotos coletados (75% do produzido). A SABESP atende a todos os Municípios da região metropolitana de São Paulo, da Baixada Santista e da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. Apenas São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes mantêm serviços municipais de água e esgoto; mesmo assim mantêm água tratada e tratam seus esgotos com a SABESP.
18. Com a Crise Sanitária da COVID 19, a empresa promoveu isenção de tarifas para 2,5 milhões de moradias e suspendeu o corte de fornecimento por inadimplência, além de distribuir 6500 caixas de água e 530 lavatórios públicos.
19. Durante a Crise Hídrica de 2014 e 2015, a SABESP realizou ações que possibilitaram a sua superação, dentre elas uma foi abrir mão da maximização de lucros para beneficiar a população, fornecendo bônus aos consumidores que fizessem economia de água.
20. Explicando o porquê de a maioria da população ser contra a privatização da SABESP respondeu a algumas perguntas:
21. - Ela se inviabiliza com a Lei nº 14.026/2020?
22. Não, é a empresa Brasileira que melhor se posiciona quanto ao atendimento das exigências técnicas, econômicas e financeiras e de metas estabelecidas pela Lei.
23. - Ela é mal avaliada pela opinião pública?

24. Não, no ano de 2023 completará 50 anos de serviços, reconhecida e bem avaliada pelos gestores dos 375 Municípios, pela sociedade e pela população paulista.
25. - Ela é capaz de atender a população carente?
26. Sim, sua atuação tem levado saneamento e saúde para centenas de comunidades carentes ou isoladas, pequenas cidades, distritos e vilas, locais onde há remuneração de investimentos por meio de tarifas.
27. - Ela alcançará a universalização?
28. Sim, cerca de 300 municípios estão com a população urbana 100% atendida em abastecimento de água e em coleta e tratamento dos esgotos coletados. O planejamento quinquenal indica que a universalização em sua base de atuação será plenamente atendida antes de 2033.
29. - A SABESP é deficitária?
30. Não, é amplamente superavitária com uma receita líquida de 18,5 bilhões e um lucro líquido de 2,5 bilhões no resultado acumulado em 12 meses, conforme o balanço do segundo trimestre de 2021.
31. - Ela é dependente do estado e precisa de aporte de recursos?
32. Há mais de 3 décadas não recebe aportes do Estado, ao contrário, em média transfere 15% do lucro como receita anual para o Tesouro.
33. - Ela pratica a maximização irrestrita da transferência de lucros aos acionistas?
34. A empresa tem uma política de distribuição de dividendos em percentuais próximos ao mínimo de 25% estipulado pela legislação.
35. - Ela não atende em situações de crise?
36. A crise hídrica de 2014 e 2015 e a COVID -19 tiveram respostas adequadas que priorizaram o melhor benefício da população.
37. - Ela não tem condições de prestar serviços após a Lei nº 14.026/2020?
38. A SABESP atende plenamente as condições e exigências contidas em normativos e decretos decorrentes da Lei nº 14.026/2020.
39. Na assembleia Geral da ONU em 2010 foi aprovada a resolução 64/292. A água limpa e o saneamento básico são direitos humanos fundamentais.
40. Desta forma o Senhor Mairton concluiu sua apresentação, recomendando que o CONESAN se aprofunde nesse debate, tendo em vista a insegurança jurídica trazida pela Lei nº 14.026/2020, que altera o marco regulatório, fato que o motivou a fazer a referida apresentação. No entendimento dele o CONESAN deveria ampliar essa discussão e esclarecer todas as dúvidas pois a SABESP é uma empresa que atende toda sociedade Paulista e deveria continuar como está e não passando para uma governança privada. Chamou atenção para o fato de que já foram reestatizados em todo o mundo 267 serviços de saneamento, sendo só nos EUA um total de 54 empresas de saneamento, na Europa mais de 160, na Argentina também, todas em decorrência de maus serviços e altas tarifas, ou seja, a ideia é a de manter a SABESP uma empresa Estatal. E assim o senhor Mayrton agradeceu e encerrou sua apresentação.
41. O Secretário Executivo agradeceu a apresentação e acolheu a decisão dos Conselheiros quanto a deixar seus comentários para depois de todas as apresentações.
42. Dando sequência às apresentações, a senhora Maria Otilia e o senhor Ricardo Tieno iniciaram a apresentação sobre o Plano Regional de Resíduos Sólidos do CERISO. Cumprimentando a todos, a Senhora Maria Otilia, secretária executiva, esclareceu que o CERISO é o consórcio dos municípios da região do Rio Sorocaba e Médio Tietê, composto por 29 municípios, e que em parceria com o a Secretaria de Infraestrutura e

Meio Ambiente (FEHIDRO e FECOP) eles também desenvolvem os planos municipais de Saneamento Básico de 30 municípios, além de atuarem em um projeto de mecanização de coleta de Resíduos Sólidos. Ato contínuo, o Coordenador do Projeto, senhor Ricardo Tieno, iniciou a apresentação esclarecendo que o objetivo era o de apresentar o Plano Regional de Resíduos Sólidos, que engloba 28 municípios, dentre eles, os maiores são Sorocaba 600 mil habitantes, Itu 170 mil, Tatuí 120 Mil e Votantim 119 mil, 3,5% do PIB do estado, atendendo um total de 1.873.225 habitantes, isto é, 4,2% da população do estado. A região gera aproximadamente 1.184 toneladas/dia de Resíduos Sólidos e 639.787,00 toneladas/ano de resíduos da construção civil. A região tem problemas de abrangência e descarte irregular de resíduos sólidos urbanos e os municípios realizam ações isoladas para vencer essas dificuldades.

43. O Objetivo do Plano seria propor ações integradas de Gestão e Gerenciamento de Resíduos, construindo, de forma participativa, uma gestão adequada e sustentável de Resíduos. Apontar arranjos Municipais, visando a gestão integrada a partir do compartilhamento de equipamentos e infraestruturas, e indicar mecanismos e instrumentos para a superação de desafios da gestão integrada de Resíduos Sólidos. A universalização dos serviços de coleta seletiva, com a adesão dos serviços por parte da população, promovendo a inclusão social e a redução das disposições em aterros. Na apresentação ele destaca fortemente a importância da adesão da população.
44. O plano está dividido em 7 etapas, Plano de Trabalho, Plano de Mobilização Social, Panorama Regional de Resíduos Sólidos, Prognóstico Regional dos Resíduos Sólidos, Diretrizes para a implantação do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Divulgação do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Programas de Sensibilização e Capacitação dos Gestores.
45. A etapa 3, já executada, deu base ao diagnóstico dividido em diversos capítulos e tem uma base inicial falando da Introdução, Contratação, Contextualização, Objetivos do Plano, Diretrizes, Metodologias, caracterização da área do projeto, levantamento e análises dos planos e instrumentos existentes, panorama dos resíduos sólidos, caracterização de serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, levantamentos das iniciativas de reciclagem, levantamento das iniciativas de Educação Ambiental, Estudos gravimétricos realizados anteriormente e atual, o levantamento das áreas contaminadas e geradores sujeitos aos Planos de Resíduos Sólidos.
46. Para a entrega do diagnóstico foram realizadas 3 audiências públicas, por vídeo conferência, nos dias 8, 9 e 10 de Junho, já disponíveis no sítio do Youtube no canal do CERISO. que tiveram em torno de 60 participantes. Para tanto, foram distribuídos convites e formulários de contribuições e, disponibilizado o produto, as pessoas foram convidadas para críticas ou sugestões. Foi indicado um sítio específico do Plano com 2 tipos de acesso, o primeiro para o visitante comum, onde é possível baixar todas as atas e vídeos conferências e o segundo para o acesso do Gestor Municipal, através de senha e identificação que permite verificar todas as bases de dados desenvolvidas na elaboração do produto.
47. O plano foi elaborado de uma forma bastante participativa, reuniões por videoconferência, visitas de campo, principalmente nas cooperativas, levantamento de toda a infraestrutura, identificação de municípios com aterro e/ou transbordo.
48. O município de Itu foi apontado como exemplo. Durante o diagnóstico foi realizado um levantamento de custo de cada município com os serviços de limpeza urbana pra poder embasar e dar continuidade ao que for planejado e feito nas etapas seguintes,



além de analisar a receita, ou seja, se ela esta prevista no orçamento. Além disso, foi feito um inventário da coleta seletiva das cooperativas existentes, ou seja, onde estão essas cooperativas, quanto elas podem recuperar, quantos cooperados tem, etc. Mencionou ainda os resultados dos estudos realizados com 6 Municípios, separados por porte de população, ou seja, até 10 mil habitantes, de 10 a 50 mil, de 50 a 100 mil e de 100 a 500 mil e acima de 500 mil como o município de Sorocaba, e em cada um deles foram colhidas amostras diferentes para traçar o perfil municipal, possibilitando a apuração do percentual de matéria orgânica, o percentual de reciclagem, além dos dados percentuais da umidade do resíduo, após análise laboratorial. Para as próximas etapas, a 4 e a 5, serão realizados os prognósticos regionais dos Resíduos Sólidos, critérios para agregação dos municípios, áreas de implantação de unidades de destinação de resíduos, alternativas regionais e tecnológicas e cenários de referências e definidas as diretrizes para a implantação do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, as estratégias para a implementação do PRGIR, proposição de metas e indicadores, proposição do programa, projetos e ações, indicação dos investimentos e fontes de financiamento, validação dos eventos, em seguida o Senhor Ricardo Tierno encerrou a apresentação do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CERISO.

49. Em atenção a sugestão de pauta ocorrida na 9ª Reunião, foi dado o início a apresentação sobre os Planos Municipais de Saneamento e a Intersecção com o Plano Estadual de Saneamento, apresentada pelo Engº Diogo Lessa, que à princípio esclareceu que os Planos Municipais são objetos do convênio SIMA – ARSESP de número 1 de 2019, que prevê a revisão e a atualização de planos em 273 Municípios do estado de São Paulo, dos quais foram assinados 237 convênios com os municípios.
50. Na interface dos Planos Municipais e o Estadual – O PESB/SP é baseado em informações consolidadas do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2021, ao passo que os Planos Municipais levantam informações em conjunto com a operadora e a municipalidade.
51. Se verificam as projeções populacionais e de domicílios, tendo em vista o teor do documento de planejamento onde se almeja o fim do plano ter algum tipo de cenário traçado com projeções populacionais conectadas tanto no plano municipal quanto no estadual. Pode-se verificar ainda que algumas informações do Plano Municipal também são consolidadas no Plano Estadual como extensão de rede de água por ligação, extensão de rede de esgoto por ligação, a demanda per capita, o índice de atendimento seja ele de água ou seja ele de coleta e tratamento de esgotos ou índice de perdas por ligação.
52. Posteriormente observou, com o viés do novo marco legal de saneamento, a avaliação feita é por unidades regionais de planejamento; então a consolidação de nível municipal é feita por UGRI, por URAE ou por consórcios intermunicipais, cujos relatórios de publicações oficiais que também são utilizados nos planos Municipais e acabam tendo uma grande ligação e auxílio no diagnóstico dessa unidades regionais de planejamento, seja ela através de índices de coleta de esgoto, índice de tratamento do esgoto doméstico, e seu desencadeamento na qualidade dos corpos hídricos do estado de São Paulo, além disso, os planos municipais também possuem algumas referências bibliográficas de cunho mais teórico, como a geração per capita de nutrientes, como fósforo e nitrogênio, para estimar a quantidade de resíduos macronutrientes que são lançados em nossos corpos hídricos.

53. Prosseguindo a apresentação, explanou sobre a metodologia de cálculo que identifica algumas das formulações usadas para estimar demandas de água potáveis, contribuições de esgoto, tornando-se padrão quando se tenta estimar no município ou nas unidades regionais de planejamento. Embora o viés trazido seja de água e esgoto, notamos que o plano estadual também traz as suas discussões sobre os manejos dos resíduos sólidos urbanos, que é o escopo do Saneamento Básico e a drenagem e manejo das águas pluviais. No convênio ARSESP/SIMA verificamos apenas o plano específico de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, sem que as outras componentes sejam abordadas.
54. Pode-se afirmar que os respaldos legais também são os mesmos, a menos que o município adote uma política de saneamento que apresente alguma restrição ainda maior, mas de uma maneira geral as legislações de cunho federal e estadual são as mesmas, tanto para o âmbito estadual quanto no municipal.
55. Finalizada a apresentação, o Secretário Executivo agradeceu ao senhor Diogo e aos demais, abrindo os debates.

#### 56. ABERTURA PARA DEBATES

57. Abertos os debates, a representante da Ação Cidadania, a Senhora Maria Aparecida Ribas se manifestou agradecendo a inserção na pauta dos assuntos abordados na última reunião e observa em especial a necessidade de buscar esforços para que os Resíduos Sólidos e a Drenagem se consolidem nos Planos Estaduais, abrangendo assim os quatro pilares do saneamento. Registrou também a sua preocupação quanto as quatro unidades regionais estabelecidas pela legislação, uma vez que a referida divisão, diferente das bacias, amplia em muito a extensão de sua abrangência, trazendo a questão de como será na prática a os Municípios mais estruturados poderão ajudar os Municípios menos estruturados. Elogiou ainda as iniciativas que vem sendo realizadas pelo Ceriso, sugerindo a agregação dos consórcios, bem como suas participações no Plano Estadual. Antes de agradecer e se despedir apontou ainda a necessidade da participação do CONESAN nas agendas relativas ao saneamento, bem como uma maior interação entre o CONESAN e o CRH. Em resposta o Subsecretário Cassiano esclarece que embora a grande variedade de prioridades advindas da legislação do Novo Marco regulatório, a Secretaria tem trabalhado as suas agendas em todas as suas frentes de trabalho, mencionando inclusive a importante contribuição do novo Coordenador de Saneamento, Senhor Evaldo, Secretário Executivo do CONESAN. Mencionando a divisão do Estado em 4 URAES, seus grandes alcances territoriais e a baixa adesão dos Municípios em 3 das 4 URAES, observou a falta de preocupação dos municípios com relação aos prazos estabelecidos pela legislação federal e que diante desse cenário, em articulação com a Secretaria Nacional de Saneamento, encontra-se em andamento um estudo que propõe uma nova subdivisão para cada uma dessas unidades em diversas sub-regiões a serem criadas, visando inclusive a premissa de que a viabilidade econômica se sustente no novo desenho, e que para tanto estão previstas rodadas de discussão com a sociedade para confirmar se a nova proposta realmente faz sentido, uma vez que a partir de então deverá ser proposto um projeto de lei que alterará a existente e se comprometeu a trazer-la posteriormente ao CONESAN.
58. O segundo ponto destacado pelo Subsecretário foi sua participação em audiência pública juntamente com outros representantes do Estado, como os Senhores Gustavo Frayaia e Joaquim Matias da ARSESP e da Sociedade Civil, a convite da Deputada

Marina Helou, cujo tema central do debate versava sobre a decisão dos Municípios quanto a instituição de suas agências reguladoras. Na mesma ocasião o Subsecretário realizou uma apresentação sobre as medidas que estão sendo tomadas pelo Estado em relação ao novo marco regulatório e que se encontram disponíveis com a assessoria da Deputada, cujo material pode ser trazido para a discussão do Conselho, reafirmando a importância de sua participação e consequente integração nas próximas agendas.

59. Retomando a palavra, a Senhora Maria Aparecida Ribas descreve a divisão das URAES em possíveis 13 a 15 sub-regiões, e chama atenção para o artigo 5º que versa sobre a governança interfederativa dessas URAIS, em relação a sua paridade com a sociedade civil, consultando o sobre a manutenção da referida governança. Ato contínuo, o Dr. Cassiano esclarece que o novo marco regulatório impõe que se siga o Estatuto da Metrópole e que o Estado vai defender essa agenda para que seja obedecida essa estrutura, confirmando em seguida a questão levantada pela Senhora Maria Aparecida sobre a manutenção do centro que é composto por 98 Municípios e que as outras 3 serão reestruturadas.
60. Com a palavra o delegado representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o Senhor Antoniane Arantes, faz uma breve descrição de suas atividades e adverte sobre a importância de atender as áreas rurais do Estado, onde se observa mais de 60% sem serviços de esgotamento sanitário. Esclarece que cerca de 400 mil propriedades necessitam desse tipo de atendimento e adverte que alguns empreendimentos já comprovam o impacto positivo na área rural quando se verifica a existência do tratamento de seus efluentes, destacando ainda algumas formas de financiamento para a sua implantação.
61. Em seguida o Secretário Executivo do CONESAN convida o Engº Diogo a explicar sobre a inserção da gestão de resíduos sólidos no Plano Estadual de Saneamento e na área rural. De início, tendo em vista questionamentos anteriores, o interlocutor esclarece as diferenças entre UGRHI e URAE, uma vez que a primeira respeita a lógica de bacia hidrográfica como fator para planejamento do setor do saneamento e a segunda possui outra condição de contorno, apontando a viabilidade econômico-financeira para a prestação de serviços. Após, esclareceu que a discussão dos resíduos sólidos pode não estar sendo abordada da melhor forma, porém, já está acontecendo na figura dos consórcios intermunicipais, como potencial gestor do manejo dos resíduos sólidos urbanos. Desta forma, o Plano Estadual trás nessa nova figura potencial gestor, além do enriquecimento sob o ponto de vista técnico, como se pôde observar na apresentação do Ceriso; demonstrando assim como ela ocorre, seu tratamento e sua destinação.
62. Dando sequência ao Roteiro da Reunião, o Secretário Executivo comunica que faz parte das atribuições do CONESAN indicar representantes para 06 vagas no Conselho de Orientação do Saneamento Básico - COSB da ARSESP, em lista tríplice, e faz breve leitura dos indicados, advertindo que será dado conhecimento aos Membros do CONESAN seu resultado final. Após, convida novamente o Engº Diogo que explanou a respeito do Relatório de Salubridade Ambiental, em cumprimento a legislação vigente, tendo sido enviado aos Membros do CONESAN para conhecimento e avaliação. Comunicou ainda que atendendo a solicitação do representante da FECOMERCIO, o Senhor Jorge Badra, foi encaminhada a todos os Conselheiros a legislação sobre o reúso da água. O penúltimo comunicado informou que as apresentações das "obras do Rio Pinheiros" e "Plano de Desassoreamento dos Córregos" serão encaminhadas posteriormente. E finalizou os comunicados informando sobre a contratação da

consultoria especializada Malbertec Tecnologia em Engenharia Ltda, com o apoio financeiro do FEHIDRO, para a elaboração do 1º Plano Estadual de Saneamento de São Paulo. Finalizados os comunicados, o Secretário Executivo passa a palavra a representante da Ação Cidadania que faz um apelo quanto a cooperação do Estado na questão da necessidade de regularização fundiária para algumas áreas, em especial Ibiuna, e discorre sobre todas as dificuldades implícitas na questão sob o ponto de vista da infraestrutura. Em seguida, a Senhora Maria de Lourdes, Membro delegado da Procuradoria Geral do Estado, que após apresentações, aponta a necessidade de atualização na legislação relativa ao Relatório de Salubridade Ambiental. Tomando a palavra a Senhora Ruth, representante do Prefeito de Taboão da Serra, Vice-Presidente do CONESAN, informou que estão a disposição para contribuir com o CONESAN em suas necessidades de organização, justificou a não participação nas Câmaras Técnicas e sugeriu uma pauta para a próxima reunião, relativa ao desassoreamento dos rios, os recursos disponíveis e a forma de acessá-los. O Senhor Mairton solicitou que constasse em reunião sua sugestão de tornar as reuniões do CONESAN semestrais. Finalmente, a representante da Fazenda, Aya Shimamura, esclarece a participação indireta vários projetos relativos aos assuntos referentes ao CONESAN, parabeniza as apresentações e se despede.

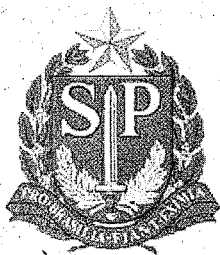
63. O Secretário Executivo agradece a participação todos e em especial da equipe envolvida na organização da 10ª Reunião do CONESAN e passa a palavra ao Subsecretário Cassiano, que justifica a impossibilidade da participação do Presidente do CONESAN Fernando Chucre, reitera o pedido feito pelo Secretário Executivo, Senhor Evaldo quanto a importância das indicações para participação nas Câmaras Técnicas, comenta a possibilidade de uma exposição do DAEE a respeito do Programa Rios Vivos e se despede, encerrando-se assim a 10ª Reunião Ordinária do CONESAN.

64. **FERNANDO BARRANCOS CHUCRE**  
65. Presidente do CONESAN



66. **EVALDO AZEVEDO**  
67. Secretário Executivo





# Assinaturas do documento



"ATA 10ª REUNIÃO - FINAL"

Código para verificação: **E2GQNP8R**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**EVALDO AZEVEDO** (CPF: 125.XXX.188-XX)

Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 10:00:06 e válido até 27/05/2122 - 10:00:06.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SIMA.054395/2022-91** e o código **E2GQNP8R** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

